

III Curso de pós-graduação

Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos em situações de conflito

Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, FDL

Instituto de Direito Europeu, FDL

Instituto da Defesa Nacional

Coordenadores Científicos: Rui Guerra da Fonseca e Mário João de Brito Fernandes

Coordenadores do Curso:

ICJP – Rui Guerra da Fonseca, Mário João de Brito Fernandes e João Tiago Silveira

IE – Nuno Cunha Rodrigues

IDN – Marco Capitão Ferreira e Coronel Alberto Marinheiro

Aulas às segundas-feiras, 18h00/19h30 – 19h45/21h15

Apresentação:

A multiplicação de conflitos armados tem posto à prova a aplicação dos regimes de direito humanitário e dos direitos humanos. A aplicação prática do *jus ad bellum* mostra, com demasiada frequência, as limitações do sistema da Organização das Nações Unidas no que respeita ao controlo político do uso da força pelo Conselho de Segurança. Mas são os actuais limites do *jus in bello* que suscitam maiores dificuldades. As violações “clássicas” das normas de direito humanitário, cada vez mais frequentes, são acompanhadas pelas insuficiências do quadro normativo internacional no acompanhamento das novas realidades tecnológicas seja a agressão por via cibernética seja a utilização de *drones* para a eliminação de pessoas e a destruição de bens ou o aparecimento de robots assassinos (*killer robots* como *lethal autonomous weapons*). Em contraponto a esta situação, vários Estados atribuíram-se uma competência penal universal para julgar as violações do direito humanitário ao mesmo tempo que o Tribunal Penal Internacional tem desenvolvido uma jurisprudência ambiciosa no que respeita aos diversos tipos penais que integram o Estatuto de Roma.

O presente curso pretende colmatar uma lacuna formativa de juristas, diplomatas, técnicos de Organizações Não Governamentais, militares e forças policiais que participam em missões internacionais em zonas de conflito armado. Também os jornalistas, os técnicos de protecção civil e os membros de equipas de socorro que acompanhem situações de conflito armado poderão beneficiar da formação fornecida pelo Curso.

Os vários módulos do curso percorrem os elementos clássicos relativos ao sistema da Carta das Nações Unidas em matéria de uso da força (definição de agressão, legítima defesa, actuação ao abrigo do capítulo VII da Carta,...); o estado da arte em matéria de direito internacional humanitário (regime das Convenções de Genebra: conflitos internacionais, pessoas e bens protegidos, combatentes regulares e irregulares); os mecanismos de aplicação de sanções disciplinares e penais pela violação do direito humanitário (competência dos tribunais portugueses e do Tribunal Penal Internacional, tipos penais e disciplinares relevantes); os regimes jurídicos internacionais para determinadas armas (minas, munições em *cluster*, *drones*, *robots*); e a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem relativa aos conflitos armados.

O Curso integra três mesas redondas que permitirão partilhar a experiência de diversos operacionais em missões onde o direito humanitário teve um papel fundamental: Kosovo, combate à pirataria e operações no Mediterrâneo para mitigar os efeitos da crise dos refugiados.

O Curso termina com uma simulação de uma situação de conflito armado envolvendo a violação de normas de Direito internacional Humanitário, com a resolução de um caso prático (por grupos de 10 alunos acompanhados por docentes da Faculdade de Direito de Lisboa, com distribuição de papéis e a obrigação de chegar a uma solução negociada ou “judicializada”).

PROGRAMA

7 de Setembro de 2020 Conferência inaugural

18h00| *Refugiados, migrantes e direito de asilo: jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem*

Ana Maria Guerra Martins, Juíza no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, Professora Associada com Agregação, Faculdade de Direito de Lisboa.

A. Introdução, evolução e relação entre ordenamentos jurídicos

14 de Setembro de 2020

18h00	Evolução histórica da codificação do Direito Internacional Humanitário: das convenções da Haia ao Estatuto de Roma. Patrícia Galvão Teles, Comissão de Direito Internacional	
19h45	A cláusula Martens: sentido e limites. Rui Lanceiro, FDL	

21 de Setembro de 2020

18h00	O que são “conflitos armados” susceptíveis de desencadear a aplicação do Direito Internacional Humanitário. Inês Pires Marinho, ICJP	
19h45	As situações de conflito não internacionalizadas. Declaração de guerra e aceitação da rendição. Jaime Drummond Valle, FDL	

28 de Setembro de 2020

18h00	Uso da força de acordo com a carta da ONU e missões de “Peacekeeping” e de “Peace Enforcement” no âmbito da ONU, OSCE, UE e NATO. Mário João de Brito Fernandes, ICJP	
19h45	A questão da vinculação ao Direito Internacional Humanitário e ao Direito Internacional dos Direitos do Homem de forças internacionais. Tiago Fidalgo de Freitas, FDL	

12 de Outubro de 2020

18h00	<i>Status of Forces Agreements</i> e conflitos negativos e positivos de jurisdição. Mário João de Brito Fernandes, ICJP	
19h45	Os jornalistas em situações de conflito. Ricardo Alexandre, Director adjunto da TSF	

19 de Outubro de 2020

18h00	Parametrização do funcionamento das operações de “Peacekeeping” da ONU. Coronel Alberto Sebastião Neves Marinheiro, IDN	
19h45	Armas e alvos aceites à luz do Direito Internacional Humanitário. Em particular as minas antipessoal e as munições em <i>cluster</i> . Ana Caldeira Fouto, FDL	

26 de Outubro de 2020

18h00	O acolhimento do Direito Penal Internacional no ordenamento jurídico português: vinculação internacional, Código Penal e Código de Justiça Militar. Paulo Saragoça da Matta, ex-assistente da FDL, Advogado	
-------	--	--

B. Soluções materiais em sede de Direito Internacional Humanitário

26 de Outubro de 2020

19h45	Evolução da justiça militar: sentido e limites. Coronel Gil Prata, ex-juiz militar	
-------	---	--

2 de Novembro de 2020

18h00	A protecção de grupos mais vulneráveis: mulheres, crianças e refugiados. Benedita Queiroz, UCP	
19h45	O estatuto jurídico dos combatentes e dos não combatentes, regulares e irregulares. Dos mercenários em particular. Maria da Assunção do Vale Pereira, Escola de Direito da Universidade do Minho	

9 de Novembro de 2020

18h00	O estatuto de neutralidade. Filipe da Boa Baptista, ex-assistente da FDL	
19h45	O estatuto jurídico dos prisioneiros de guerra. Tiago Fidalgo de Freitas, FDL	

16 de Novembro de 2020

18h00	A protecção dos feridos, doentes e náufragos. Ana Isabel Pinto, FDL	
19h45	A protecção dos civis e dos bens civis. Diogo Santana Lopes, FDL	

23 de Novembro de 2020

18h00	A utilização de drones contra alvos militares e civis à luz do Direito Internacional. Afonso Brás, FDL	
19h45	O caso particular das crianças soldado. Carla de Marcelino Gomes, <i>Ius Gentium Conimbrigae</i>	

14 de Dezembro de 2020

18h00	A protecção do ambiente. Fernando Loureiro Bastos, FDL	
19h45	O regime nacional de protecção dos refugiados: a Lei n.º 27/2008, de 30 de junho. Bernardo Kahn, FDL	

11 de Janeiro de 2021

18h00	A União Europeia e a crise dos refugiados. Benedita Queiroz, UCP	
19h45	A protecção do património cultural. Francisco de Abreu Duarte, ICJP	

18 de Janeiro de 2021

18h00	Erros de facto, de Direito e de processo: os mecanismos de recurso no TPI à luz da jurisprudência recente. Paulo Sousa Mendes, FDL	
19h45	A Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a jurisprudência do TEDH relacionada com situações de conflito: em especial, a questão da noção de “jurisdição”. Rui Guerra da Fonseca, FDL	

25 de Janeiro de 2021

18h00	Direito Penal Internacional: evolução histórica, codificação e jurisprudência dos tribunais penais internacionais. Inês Pires Marinho, ICJP	
19h45	Elementos dos tipos penais dos crimes internacionais: crimes de guerra, crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crime de agressão. Francisco Ferreira de Almeida, FDC	

1 de Fevereiro de 2021

18h00	O auxílio humanitário (o estatuto da Cruz Vermelha e o das Organizações Não Governamentais). Patrícia Galvão Teles, Comissão de Direito Internacional	
19h45	Responsabilidade dos chefes militares e de outros superiores hierárquicos. Teresa Quintela de Brito, FDL	

8 de Fevereiro de 2021

18h00	Autoria e participação no Direito Internacional Penal. Teresa Quintela de Brito, FDL	
19h45	Decisões do Comité dos Direitos Humanos em matéria de asilo e migração (Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos). Diogo Santana Lopes, FDL	

C. Mesas Redondas

22 de Fevereiro de 2021

18h00	<p>Operações no Mediterrâneo e a crise dos refugiados.</p> <p>Moderador: Coronel Alberto Marinheiro, foi Conselheiro Militar junto da Missão Permanente de Portugal na Organização das Nações Unidas, de 1999 a 2002 e Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Paris, de 2010 a 2014. É assessor do IDN.</p> <p>Professora Doutora Susana Ferreira, Professora no Departamento de Relações Internacionais da Universidade António de Nebrija (Madrid), Diretora do Mestrado em Gestão de Riscos em Conflitos, na mesma Universidade. Investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) e do Grupo de Investigação sobre Políticas Públicas, Segurança Internacional e Governança Global da Universidade Europeia de Madrid.</p> <p>Comandante João Lourenço da Piedade, Doutorando em relações internacionais na Universidade Nova, actualmente no Estado-Maior da Armada, serviu como Oficial de Operações da Força Naval portuguesa, Chefe do Departamento de Operações do NRP Vasco da Gama e Chefe de Serviço de operações Anti-submarinas do NRP Côrte-Real. Participou na operação de evacuação da Guiné Bissau de cidadãos nacionais (1998), na operação de combate à pirataria na Somália (Atalanta - 2011) e na operação de resgate de migrantes irregulares no Mediterrâneo (Sophia - 2017/18). É autor de diversas publicações sobre pirataria naval e segurança marítima.</p>
-------	---

1 de Março de 2021

18h00	<p>Forças Nacionais Destacadas e a proteção das populações: o caso do Kosovo.</p> <p>Moderador: Carlos Branco, Major General do Exército português, na situação de reserva. Serviu nas Nações Unidas, nos Balcãs, antes de Dayton, como observador militar. Mais tarde, serviu no quartel-general da EUROFOR, em Florença, como Chefe da Seção de Análise de Informações. Prestou serviço na Divisão Militar do Departamento de Operações de Paz, no QG da ONU, em Nova Iorque, como Peacekeeping Affairs Officer para as missões da ONU no Médio Oriente (Líbano, Síria, Israel e na fronteira do Iraque/Kuwait). Foi ainda porta-voz do comandante da ISAF e Diretor da Divisão da Cooperação e Segurança Regional, do Estado-Maior Militar Internacional, no QG da OTAN. Foi subdiretor do Instituto Superior de Estudos Militares.</p> <p>Embaixador António Tânger Corrêa, licenciado pela Faculdade</p>
-------	---

	<p>de Direito de Lisboa, Cônsul Geral em Toronto, Goa e Rio de Janeiro, Chefe da Missão Temporária em Sarajevo, Embaixador em Belgrado e acreditado em Skopje, principal negociador do Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu (2000), coordenador dos Balcãs Ocidentais na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (2007), Embaixador em Telavive e acreditado em Nicosia, Embaixador em Vilnius, no Cairo e em Doha.</p> <p>Major General Raul Cunha, Professor do Instituto de Altos Estudos Militares, prestou serviço na “European Community Monitoring Mission in Yugoslavia” (ECMM-YU), onde foi Chefe das Operações do Centro Regional de Zagreb, no QG da KFOR a partir de 2000, como Chefe da Divisão de Instrução, no “NATO Joint Analysis and Lessons Learned Center” em Monsanto – Lisboa, como Chefe de Estado-Maior, desde 2005 até 2009, Chefe dos Oficiais de Ligação Militares da UNMIK e Conselheiro Militar do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Kosovo, comandou a Brigada de Reacção Rápida do Exército, juiz militar no Tribunal da Relação do Porto.</p>	
--	--	--

8 de Março de 2021

<p>18h00</p>	<p>Ameaças assimétricas e difusas: o caso da pirataria.</p> <p>Moderador: Brigadeiro-General Lemos Pires, Sub-Director Geral de Política de Defesa Nacional, Investigador do CEI-IUL e Professor na Academia Militar. Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais. Foi Intelligence Officer no NATO/Rapid Deployable Corps em Espanha; Assistente Militar do Comandante do NATO/Joint Command Lisbon; Participou em missões em Moçambique, Angola, Paquistão, Etiópia e Afeganistão.</p> <p>Mestre Alexandra von Böhm-Amolly, Licenciatura e Mestrado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com admissão a Doutoramento em Direito Internacional Marítimo na mesma Faculdade; Pós-graduação em <i>Shipping Business</i> pelo IME (Instituto Marítimo Español), Madrid; Pós-graduação em Cultura Árabe-Islâmica pela Universidade Autónoma Luís de Camões, Lisboa; Auditora do Curso de Defesa Nacional de 2007, Instituto da Defesa Nacional, MDN.</p> <p>Capitão-de-mar-e-guerra Henrique Portela Guedes, licenciado em Ciências Militares Navais, Assessor e investigador no Instituto da Defesa Nacional (IDN). É Pós-graduado em Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos em situações de conflito, pelo ICJP/Instituto Europeu/IDN. Tem um vasto conjunto de artigos publicados sobre Pirataria Marítima, em Portugal, Espanha, Brasil e Reino Unido, e é autor do livro “A Pirataria Marítima Contemporânea: as últimas duas décadas.</p>	
--------------	--	--

D. Simulação de uma situação de conflito envolvendo a violação de normas de Direito internacional Humanitário

15 de Março de 2021

Caso prático (grupos de 10 alunos com distribuição de papéis e obrigação de chegar uma solução negociada ou “judicializada”).

Informações:

A decorrer no Instituto Europeu, até ao dia 1 de Setembro de 2020.

O Curso realiza-se no período de 7 de Setembro de 2020 a 15 de Março de 2021, das 18h00 às 19h30 e das 19h45 às 21h15, com excepção das sessões indicadas neste programa.

Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa.

Local: Nas instalações do Instituto da Defesa Nacional em Lisboa (Calçada das Necessidades, 5) e, em simultâneo, no Porto (Castelo da Foz, Esplanada do Castelo).^{1*}

Propina: €1 000 (primeira prestação de €400 paga no acto de inscrição, segunda prestação no valor de €300 paga até 15 de Dezembro 2020 e última prestação no valor de €300 paga até 4 de Fevereiro de 2021).

Redução de 5% no valor total do curso para quem efectuar o pagamento integral do curso no ato da inscrição; para ex-alunos do ICJP, do IE, do IDEFF e do IDN.

Redução de 25% para ex-alunos do Curso pós-graduado em Direito da Defesa Nacional.

Nota: os descontos não são cumulativos

Certificado: será fornecido um certificado de participação aos auditores que participarem em pelo menos 80% dos módulos do curso.

Avaliação, de natureza facultativa: apresentação, nos termos do regulamento de avaliação, de um trabalho escrito final sobre um tema ou subtema do Curso.

Contactos para Inscrições:

Instituto Europeu

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt

www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul

www.institutoeuropeu.eu

1

* Caso haja um número de inscritos suficientes, o Curso poderá ainda funcionar em Coimbra.